

**JORNALISMO NOS
LIMITES DA LIBERDADE:
cobertura da imprensa
sobre os casos dos
religiosos acusados de
praticar atividades
subversivas durante o
regime militar**

JOURNALISM IN THE LIMITS OF
FREEDOM: the press coverage of cases
of religious accused of practicing
subversive activities during the military
regime

PERIODISMO EN LOS LÍMITES DE LA
LIBERTAD: cobertura de la prensa
sobre los casos de los religiosos
acusados de practicar actividades
subversivas durante el régimen militar

Robson Dias¹

Eliane Muniz Lacerda²

Victor Márcio Laus Reis Gomes^{3, 4}

¹ Jornalista, mestre e doutor em Comunicação. Professor e pesquisador do mestrado em Comunicação da Universidade Católica de Brasília (PPGSSCOM/UCB), linha Processos Comunicacionais nas Organizações. Líder do grupo Prêmios, Indicadores e Estratégias em Comunicação. E-mail: rbsn.dias@gmail.com.

² Jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente no curso de Comunicação na Universidade Católica de Brasília (UCB) e assessora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É também a primeira leiga, pessoa não religiosa da hierarquia sacerdotal, a ser assessora da entidade. E-mail: eliane.muniz@gmail.com.

³ Publicitário, mestre em Administração e doutor em Comunicação. Professor e pesquisador do PPGCOM/UCB, linha Processos Comunicacionais nas Organizações. Líder do grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Comunicacionais da Estratégia (ESTCOM). Líder do projeto de pesquisa *O noticiário de negócios e os discursos sobre a estratégia em grandes empresas privadas do Distrito Federal - FAPDF - 193.001.037/2015 - Projeto Externo*. E-mail: victorlaus@gmail.com.

⁴ Endereço de contato dos autores (por correspondência): Universidade Católica de Brasília. Campus I - QS 07 – Lote 01 – EPCT – Águas Claras – Brasília – DF CEP: 71966-700, Brasil.

RESUMO

Este artigo analisa a cobertura da imprensa durante a ditadura militar no Brasil, com base em cinco casos de religiosos acusados pelo regime de praticar atividades subversivas. A análise corresponde ao período histórico de 1968 a 1977. Os cinco casos em estudo foram selecionados entre dezoito noticiados pela imprensa neste mesmo período. A divulgação feita pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* totalizou 53 notícias. A cobertura da imprensa é analisada a partir da perspectiva de abordagem da Hipótese da *Agenda-setting* e do enquadramento dado às notícias. No caso do agendamento da imprensa, tem-se como referência a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como promotora de notícia na defesa dos religiosos e dos direitos humanos. Observa-se também o enquadramento dado pela imprensa aos casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas e se houve uma correlação entre o que a CNBB agendou e o que foi noticiado pelos jornais.

PALAVRAS-CHAVE: Agendamento. Enquadramento. Imprensa. Espaço público. Regime militar. Igreja. CNBB.

ABSTRACT

This research analyzes the covering done by the press during the military dictatorship in Brazil, based on five cases of religious people accused by the military dictatorship for subversive practices. This analysis reports to the historical period dated from 1968 to 1977. The four cases studied were selected among eighteen announced by the press that time. Fifty-three news were published in the following newspapers: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo*. The covering by the press is analyzed from the perspective of hypothesis approach by the *Agenda-setting* and from the classification given to the news. In the case of press arrangement, the reference is the actuation of the National Conference of Bishops of Brazil (*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* - CNBB) as promoter of news and defender of religious people and human rights. It can also be observed the classification given by the press to the cases of religious people accused of subversive

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p359>

practices as well as if there was a link between what the CNBB planned and what was released by the newspapers then.

KEYWORDS: Arrangement. Classification. Press. Public space. Military regime. Church. CNBB.

RESUMEN

Este artículo analiza la cobertura de la prensa durante la dictadura militar en Brasil, con base en cinco casos de religiosos acusados por el régimen de practicar actividades subversivas. El análisis corresponde al período histórico de 1968 a 1977. Los cinco casos en estudio fueron seleccionados entre dieciocho noticiados por la prensa en este mismo período. La divulgación hecha por los periódicos Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, El Estado de São Paulo y O Globo totalizó 53 noticias. La cobertura de la prensa se analiza desde la perspectiva de enfoque de la hipótesis de la Agenda-setting y del encuadramiento dado a las noticias. En el caso de la programación de la prensa, se tiene como referencia la actuación de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB) como promotora de noticia en la defensa de los religiosos y de los derechos humanos. Se observa también el encuadramiento dado por la prensa a los casos de religiosos acusados de practicar actividades subversivas y si hubo una correlación entre lo que la CNBB programó y lo que fue noticiado por los diarios.

PALABRAS CLAVE: Programación. Marco. Prensa. Espacio público. Régimen militar. Iglesia. CNBB.

Recebido em: 12.01.2019. Aceito em: 16.05.2019. Publicado em: 01.07.2019.

Apresentação: Lugar de fala

Este estudo é fruto de três anos de pesquisa e de oito anos de experiência na assessoria de imprensa da CNBB. Aliás, foi por meio desta experiência que a autora primeira teve a oportunidade de tomar conhecimento da existência de um arquivo jornalístico que contém matérias da época da ditadura e que resultaram no objeto desta pesquisa. No arquivo, foram encontrados diversos assuntos como política, cultura, campo, educação, saúde, enfim, questões sobre as quais a Igreja Católica, por meio da CNBB, manifestou-se publicamente a respeito. Posteriormente, esses documentos constituíram um corpus a ser problematizado numa pesquisa de mestrado em Comunicação na linha de *Jornalismo e Sociedade*, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGFAC/UnB) (LACERDA, 2007).

Figura 1 – Arquivo com mais cerca de 300 caixas



(LACERDA, 2007, p. 137)

Apesar de, a pesquisa ser de 2007, seu valor científico continua alto, ainda mais em se tratando de uma pesquisa *ex-post-facto* de um tema

histórico, conjuntural e estrutural da sociedade brasileira (que permeia investigações até hoje). Também é pauta em discussões e encontros do *Grupo de Estudos Avançados de Comunicação Mediática e Organizacional*, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu em Comunicação* da Universidade Católica de Brasília (PPGSSCOM/UCB). Tanto que, recentemente, a partir da experiência de assessoria de comunicação da primeira autora na CNBB e das atividades de pesquisa do grupo de pesquisa *Prêmios, Indicadores e Estratégias em Comunicação* (DGP/CNPq), pudemos estudar as premiações da CNBB que se institucionalizam ao operar valores de cidadania e de direitos humanos no espaço midiático, no espaço jornalístico e no espaço público: *Prêmio Margarida de Prata* (Cinema), *Prêmio Clara de Assis* (Telejornalismo), *Prêmio Dom Helder Câmara* (Impresso), *Prêmio Microfone de Prata* (Radiojornalismo)⁵. Alguns desses prêmios, remontam os anos 1960 e 1970, época do Regime Militar. Na edição 2016, do *Prêmio Dom Helder Câmara*, os integrantes do grupo de pesquisa foram convidados pela CNBB para serem júri da premiação, em vista das atividades de estudo sobre premiações e estratégias relativas ao noticiário.

A discussão do artigo tem um valor histórico e também serve para

⁵ Outros mecanismos de acesso ao noticiário e de motivação da pauta jornalística é o *Prêmio Margarida de Prata* (Cinema), por exemplo, foi criado em 1967 pela Central Católica de Cinema, no âmbito do então Secretariado de Opinião Pública da CNBB. Tem por objetivo premiar as produções nacionais do cinema brasileiro, obras que apresentem em suas temáticas e artística valores humanos, éticos e espirituais.

O *Prêmio Microfone de Prata* (Radiojornalismo) foi criado em 1989. Tem como objetivo principal incentivar e apoiar a produção e a qualidade de programas radiofônicos não só religiosos, evangelizadores, mas também de promoção humana.

O *Prêmio Clara de Assis* (Telejornalismo) foi criado em 2005 e premia programas televisivos nacionais, produzidos e exibidos por emissoras comerciais, educativas ou comunitárias brasileiras e que trazem em seu conteúdo valores humanos, sociais, políticos, cristãos e éticos.

O *Prêmio Dom Helder Câmara* (Impresso) existe desde 2002 e premia reportagens mostrem em seu conteúdo valores humanos, sociais, políticos, cristãos e éticos, visando à construção da cidadania e da cultura da paz

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p359>

contextualizar a luta política e cidadã de cidadãos brasileiros, a partir da maior organização religiosa católica do país. Provém de uma dissertação em Comunicação, concentrada em *Teoria da Notícia* (HALL, 1999; HACKETT, 1999; MCCOMBS, 2000; MOLOTCH, LESTER, 1999; MOTTA, 2004) e na linha de *Jornalismo e Sociedade*. Este artigo é ofertado na revista *Religião e Sociedade* para conhecimento e circulação em bases indexadas e fóruns qualificados: principalmente, por ser uma discussão rara entre Jornalismo, Religião e Sociedade, no que diz respeito à cidadania e direitos humanos ao resgatar o noticiário com pautas de casos de religiosos perseguidos durante o Regime Militar. E também pela revista poder recepcionar um tema tão delicado no formato pouco ortodoxo de: artigo em 40 laudas. Espera-se que a circulação dos resultados dessa investigação também possa motivar mais pesquisas do gênero. A riqueza do corpus para a pesquisa científica vem do fato da primeira autora ser a primeira leiga, pessoa não religiosa da hierarquia episcopal, a ser assessora de comunicação da entidade.

Figura 2 – Cada caixa comporta em média 500 matérias



(LACERDA, 2007, p. 137)

Caracterização da Amostra

A CNBB foi criada em 1952, no Rio de Janeiro, mas transferida para Brasília, em 1977. Durante o regime militar no Brasil, a Igreja Católica se viu em uma situação constrangedora. Por muitas vezes, foi acusada pelos ditadores de não ter controle sobre sua base. Religiosos foram acusados pelo regime de praticar atividades subversivas. Somente de 1968 a 1978, 122 religiosos e 273 leigos foram presos e nove padres foram expulsos do país. Registraram-se, ao todo, 13 processos e 8 Inquéritos Policial-Militares (IPMs) contra sacerdotes e bispos. Um bispo foi sequestrado e quatro padres morreram devido às consequências da ditadura (SOARES, 1988, p.270).

Alguns casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas foram silenciados pelo regime. Outros ganharam visibilidade na imprensa, conforme sua gravidade e o período em que eles ocorreram. De 1968 a 1977, a imprensa brasileira registrou 18 casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas.

Esses casos tornaram-se públicos, sobretudo porque continham em si valores-notícias capazes de fazer com que um acontecimento ganhasse as páginas jornalísticas. Não é comum, por exemplo, em uma nação tradicionalmente católica, ter padres presos ou expulsos do país. Este é um acontecimento inesperado, que, por sua própria natureza, chama a atenção da sociedade. Outro fator que contribuiu para que essas ocorrências ganhassem visibilidade foi a atuação da cúpula da Igreja, geralmente representada pela CNBB. A instituição religiosa teve importante papel como promotora de notícia, tanto na defesa dos religiosos como na luta pelo respeito aos direitos humanos. Tornou-se, além disso, importante fonte de informação em um momento em que as fontes, inclusive as oficiais, eram mais silêncio do que voz.

Dentre esses dezoito casos divulgados pelos jornais, cinco foram selecionados para esta pesquisa, visando ao estudo da cobertura da imprensa durante o regime militar. Os casos escolhidos referem-se à prisão de religiosos franceses, em 1968 (Tabela 2); à prisão e tortura de religiosos dominicanos, em 1969 (Tabela 3); à expulsão do padre francês François Jentel, em 1975 (Tabela 4); às ameaças de expulsão do país do padre suíço Romain Zufferrey (Tabela 5) e do bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga (Tabela 6). A escolha desses cinco casos foi motivada pela repercussão que obtiveram na imprensa, ou seja, por terem sido os casos mais noticiados.

A idéia de se observar o papel da imprensa e, especificamente, do jornalismo, durante a ditadura militar no Brasil surgiu com a descoberta e a análise de um arquivo jornalístico, até então inexplorado, com milhares de matérias referentes à atuação da Igreja Católica durante o regime. O arquivo, pertencente à CNBB, encontra-se em sua sede, em Brasília: com acervo de mais de três mil matérias. O período de análise vai de 1968 a 1977, ou seja, compreende os principais momentos da história da ditadura no Brasil, pois abrange desde a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) até a abertura política. Dos 21 jornais registrados no arquivo, foram selecionadas as notícias publicadas apenas em: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Estes quatro jornais de grande circulação resistiram ao período ditatorial e continuam, praticamente, com o mesmo *status* que ocupavam naquele período. As matérias neles publicadas, referentes aos cinco casos, totalizam 53 notícias.

Os Casos dos Religiosos na Imprensa

Os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas ganharam visibilidade na imprensa, sobretudo, porque não era comum se ver

religiosos presos. Essa repercussão exigiu da cúpula da Igreja Católica um posicionamento diante dos fatos. A Igreja não podia mais silenciar, não apenas por estar em evidência sua própria imagem, mas pelo fato de terem sido violados direitos fundamentais à dignidade humana. Ao todo foram encontradas, no arquivo jornalístico da CNBB, referências a dezoito casos de religiosos acusados de subversão, no período de 1968 a 1977. Alguns tiveram repercussão maior, conforme a gravidade dos fatos ou os resultados das acusações, por exemplo, a expulsão de religiosos do país.

Desses dezoito casos foram selecionados os cinco que mais tiveram repercussão na imprensa, como amostra representativa, com o objetivo de analisar a cobertura da imprensa sobre os episódios, a partir da observação das estratégias de agendamento da CNBB e do enquadramento da imprensa dado ao assunto.

Tabela 1: Casos Analisados dos Religiosos Acusados de Praticar Atividades Subversivas/Matéria

Caso	Ano	Nº de
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac	1968	10
Padres dominicanos	1969	15
Padre Jacques Jentel	1975	5
Padre suíço Romain Zufferrey	1977	15
Dom Pedro Casaldáliga	1977	8
Total	-	53

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

O primeiro caso é o das prisões dos padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac e do seminarista José Geraldo da Cruz, todos da Congregação dos Agostinianos da Assunção, no Brasil, localizada em Belo Horizonte. As prisões ocorreram no final de novembro de 1968;

Tabela 2: Religiosos Franceses

Data	Jornal	Título
3.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	Exército afirma que padres foram presos por subversão
5.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	CNBB admite equívocos mas adverte que só Igreja pode julgar
7.12.68	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Paris intercede pelos sacerdotes
8.12.68	<i>Folha de S. Paulo</i>	Encontro de d. Agnelo Rossi com autoridades
9.12.68	<i>O Globo</i>	Dom Jaime: Crise da Igreja não tem similar na história
10.12.68	<i>O Globo</i>	Sizen: provas recolhidas condenam os padres
11.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	Secretário da CNBB diz que o caso dos padres caminha para o esclarecimento
11.12.68	<i>O Globo</i>	Teólogo: Igreja não é perseguida no Brasil
11.12.68	<i>O Estado de S. Paulo</i>	D. Agnelo apóia o arcebispo
13.12.68	<i>Jornal do Brasil</i>	Igreja rebelde

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

O segundo caso é o da prisão e tortura, em dezembro de 1969, de onze frades dominicanos, envolvidos com Carlos Marighella;

Tabela 3: Religiosos Dominicanos

Data	Jornal	Título
6.11.69	<i>O Globo</i>	Padres do Terror tinham formado célula comunista
6.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	CNBB examina situação dos frades
10.11.69	<i>O Globo</i>	Igreja fala hoje sobre dominicanos
11.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Agnelo só quer Direitos Humanos
11.11.69	<i>O Globo</i>	D. Agnelo: Culpa de alguns não afeta Igreja
11.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	"Frei Beto" já se acha detido
12.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Só d. Rossi vai dar informações
14.11.69	<i>O Globo</i>	Fleury volta de Porto Alegre sem trazer Frei Beto

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p359>

14.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Avelar apóia palavras de D. Agnelo sobre dominicanos
20.11.69	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Agnelo alerta Médici para imagem negativa do Brasil
20.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	D. Agnelo é pelo diálogo
20.11.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Cardeal visita os dominicanos
3.12.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Scherer: O Dops trata padres bem
6.12.69	<i>Jornal do Brasil</i>	Dominicanos disseram a D. Agnelo "coisas que

não podem

se tornar públicas"

6.12.69	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Igreja aguarda prova de culpa
---------	-----------------------------	-------------------------------

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

O terceiro caso é o da expulsão, em 16 de dezembro de 1975, do padre francês François Jacques Jentel, da prelazia de São Félix do Araguaia;

Tabela 4: Pe. Jentel

Data	Jornal	Título
13.12.75	<i>Folha de S. Paulo</i>	DPF prende pe. Jentel
13.12.75	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Padre Jentel é preso, pode ser expulso do País
16.12.75	<i>Folha de S. Paulo</i>	Governo expulsa do País o pe. Jentel
16.12.75	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Padre Jentel expulso por decreto de Geisel
17.12.75	<i>Folha de S. Paulo</i>	Padre Jentel foi embarcado para Madri

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

O quarto caso é o das ameaças de expulsão do país do bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, a partir de maio de 1977;

Tabela 6: Dom Pedro Casaldáliga

Data	Jornal	Título
30.07.77	<i>O Globo</i>	Camargo nega expulsão de Casaldáliga
30.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Lorscheiter denuncia
30.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Igreja reage à "imminente" expulsão de Casaldáliga
30.07.77	<i>Jornal do Brasil</i>	D. Ivo revela informação de que expulsão de D. Pedro Casaldáliga está iminente
02.08.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Ministério nega processo de expulsão de Casaldáliga
02.08.77	<i>O Globo</i>	Ministério nega estudo para expulsão de bispo
02.08.77	<i>Jornal do Brasil</i>	Arcebispo de Goiânia vê em D. Casaldáliga um apóstolo de peões e indefesos
05.08.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	CNBB poderá falar sobre investigações

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

O quinto caso é o do padre suíço Romain Zufferrey, ameaçado de expulsão, em julho de 1977, por trabalhar, na arquidiocese de Olinda e Recife, com a Ação Católica Operária.

Tabela 5: Pe. Romain Zufferey

Data	Jornal	Título
14.17.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Advogado do pe. Romano não tem acesso à acusação
15.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Padre Romain: não se justifica expulsão
15.07.77	<i>O Globo</i>	Dom Ivo não crê que padre seja expulso
15.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Padre é interrogado na Polícia Federal
16.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	CNBB faz defesa do padre Romano
17.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Padre suíço tem 5 dias para defesa
20.07.77	<i>O Globo</i>	D. Avelar nega ação dos padres visando luta de classes
20.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	D. Aloísio vai ao Recife para ouvir o padre Romain
21.07.77	<i>O Globo</i>	Presidente da CNBB se reúne com padre

		ameaçado de expulsão
22.07.77	<i>Jornal do Brasil</i>	Comissão da CNBB examina trabalho de Padre suíço
		deverá dar-lhe endosso
23.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Defesa do Pe. Romano
23.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	O Vaticano elogiou trabalho de Romain
24.07.77	<i>Folha de S. Paulo</i>	Amanhã a defesa do padre Romano
27.07.77	<i>Jornal do Brasil</i>	CNBB defende padre Zufferey
27.07.77	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Fragoso defenderá sacerdote

Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Esses cinco casos inserem-se no período de 1968 a 1977, que abrange desde um dos momentos mais rígidos e repressivos da ditadura (o governo do presidente Médici) até o momento em que se inicia a abertura política, no final da década de 70.

A CNBB como promotora de notícia e fonte de informação

A CNBB possui vários organismos e pastorais com grande incidência na vida e na organização da sociedade. Desde a sua criação, tem desempenhado papel importante na luta pelos direitos humanos, pelo respeito à dignidade humana e na promoção de uma cultura de paz. Os bispos formam a hierarquia da Igreja Católica. São os responsáveis pelas bases - povo, sacerdotes, comunidades, religiosas (as) - espalhadas por todo o Brasil. A CNBB encontra-se dividida em 17 (dezessete) regionais, que abrangem todos os Estados brasileiros. Os regionais compreendem várias arquidioceses e dioceses. Cada arquidiocese forma, com outras dioceses, uma província eclesiástica. As dioceses são constituídas por várias paróquias e comunidades. Ao todo, há 267

circunscrições eclesiásticas e 429 bispos e arcebispos. A CNBB é a primeira e a maior conferência episcopal do mundo. Sua sede nacional localiza-se atualmente em Brasília, mas, do período de sua criação até metade dos anos 70, situava-se no Rio de Janeiro (RJ), um dos palcos brasileiros onde os conflitos entre militares e opositores foram mais evidentes. Durante a ditadura, a CNBB teve atuação bastante expressiva na luta pelos direitos humanos, pela anistia e pela redemocratização do Brasil.

Por tudo o que a CNBB é e representa, avalia-se sua importância com relação à imprensa. Seus documentos, estudos, pronunciamentos; postura em relação à sociedade e à própria Igreja; questionamentos e propostas, tudo isso oferece aos meios de comunicação em geral valioso conteúdo que merece ser considerado e avaliado. Incluem-se neste valioso conteúdo os casos dos religiosos que foram acusados pelo regime militar de praticar atividades subversivas. As repressões às quais foram eles submetidos estabeleceram um marco nas relações Igreja e Estado e exigiram dos bispos posicionamento e atitudes até então adormecidas por ter a Igreja apoiado o golpe de 64. A partir dessas acusações, a Igreja passou a agir como contra-poder, na defesa dos direitos humanos. Foi preciso que sua base fosse atingida, para que ela se desse conta que os direitos humanos estavam sendo severamente violados.

Procedimentos Metodológicos e Construção da Amostra

O *corpus* compreende 53 matérias, entre notícias e reportagens, referentes a cinco casos de religiosos acusados pelo regime militar de praticar atividades subversivas. Essas matérias foram selecionadas por serem as que tiveram maior repercussão na imprensa, no período de 1968 a 1977. A seleção do *corpus*, desta análise e a delimitação do tema, só foi possível: depois de um

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p359>

processo de exploração do arquivo jornalístico da CNBB, criado pela instituição em 1997, e atualmente localizado em Brasília, no *Centro de Documentação e Informação* (CDI). Anteriormente, os arquivos eram feitos pelos setores da Conferência ou acumulados no subsolo de sua sede. O CDI surgiu com os objetivos de: reunir documentos de caráter bibliográfico, arquivístico (textuais e audiovisuais) e museológico, de interesse para a história da Igreja Católica no Brasil; oferecer subsídios e estudos e pesquisa sobre seu desenvolvimento e implicações em âmbitos nacional e internacional. De acordo com a arquivista da CNBB, Maria do Rosário Galeno dos Anjos, há atualmente, no Centro de Documentação, 1.832 caixas, ou seja, 260 metros lineares de documentos tratados, sendo que, 1 metro linear corresponde a, aproximadamente, 7.000 folhas (ANJOS, 2006). Estima-se um total de 1.820.000 documentos, considerando cada folha um documento. Com base nos mesmos cálculos, considera-se que há, no arquivo jornalístico, cerca de 42 metros lineares de documentos tratados, ou seja, 294.000 folhas (IDEM).

O arquivo jornalístico da CNBB compreende atualmente cerca de trezentas caixas, sendo que cada caixa comporta entre trezentas e quinhentas matérias, sobre os mais diversos gêneros jornalísticos e assuntos. Para a construção da amostra foram selecionadas oito caixas, das vinte que arquivam matérias sobre política, sobretudo, no que diz respeito à relação Igreja e Estado. O conteúdo das oito caixas analisadas refere-se ao período do regime militar no Brasil, de 1966 a 1979. Dessas oito caixas, foi registrado o total de 3.620 matérias, entre editoriais, artigos, cartas de leitores, notas, notícias, reportagens e entrevistas, prevalecendo grande número de notas, notícias e uma quantidade considerável de reportagens, editoriais e artigos. As cartas de leitores são raras. Foram registrados 21 jornais: *A Notícia*, *A Tribuna*, *Correio Braziliense*, *Correio da Manhã*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Diário de*

Pernambuco, Folha de S. Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal da Tarde, Jornal de Brasília, Jornal do Brasil, O Dia, O Diário, O Estado de Minas, O Estado de S. Paulo, O Globo, O Jornal, Tribuna da Imprensa, Última Hora, Zero Hora. Foram registradas também duas revistas: *Istoé* e *Veja*. Alguns jornais, devido ao fato de raramente aparecerem no arquivo, foram classificados como 'outros': *A Crítica – Manaus; Correio do Estado, Diário de Minas, Diário do Paraná, Diário Popular, Folha da Tarde, Folha de Goiás, Gazeta de Alagoas, Jornal de Minas, Notícias Populares, O Popular.* Acrescentam-se a esta classificação a revista *Manchete*, jornais estrangeiros como *Le Monde, O Paiz, Le Figaro* e jornais alternativos, como *Movimento, Opinião* e *O São Paulo*.

Os anos de 1966 e 1967 registram apenas uma matéria cada. Os anos de 1977 e 1978 apresentam o maior número de matérias registradas, respectivamente, 843 e 933. Não há explicação definida para esta diferença da quantidade de matérias, apenas hipóteses. É possível que, até 1967, o trabalho de arquivar não tenha sido um objetivo da instituição. Outra hipótese é que a CNBB, que no início apoiara o golpe de 64, não tenha tido, neste período, um papel tão importante para os jornalistas, como nos anos posteriores, quando se posicionou contra o regime. Somente a partir do AI-5, em dezembro de 1968, a CNBB tornou-se uma das principais instituições opositoras ao regime. O fato de os anos 1977 e 1978 apresentarem um número bem maior de matérias pode ser justificado pela decaída do regime no país e pela abertura à democracia, ressaltando-se o fim da censura à imprensa.

Foi constatada, nos anos intermediários, a seguinte quantidade de matérias: 1968 (205), 1969 (183), 1970 (117), 1971 (145), 1972 (229), 1973 (67), 1974 (89), 1975 (123), 1976 (394). o último ano analisado, 1979, apresenta 290 matérias. Ao observar esses números nos anos após o AI-5, comparados ao período de abertura à democracia, percebe-se o quanto o trabalho da

imprensa foi limitado, justamente no período em que ocorreram as mais duras violações aos direitos humanos.

Com relação à publicação das notícias, é notória a presença, em todo o período do regime militar, de três jornais de grande circulação: *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Ainda nos primeiros anos, até meados de 74, percebe-se a presença considerável de jornais como: *Correio da Manhã*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*. O *Jornal Folha de S. Paulo* só aparece a partir de 1972, ainda assim, com pouquíssimas matérias: em 1972, há registro de uma matéria; em 1973, de três matérias; em 1974, de quatro. Observa-se também que os jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília* só aparecem a partir de 1977. Em momento algum, nos anos anteriores, foram arquivadas matérias desses dois jornais.

Como já referido, alguns jornais prevaleceram em determinados períodos, outros só estão registrados no arquivo, após o governo Médici. É o caso de *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal de Brasília*. Há três hipóteses para isto. A primeira: o arquivo não está completo, ou seja, não abrange tudo o que foi divulgado na época. Nos primeiros anos da ditadura, a CNBB estava localizada no Rio de Janeiro. Isso pode ter limitado o acesso aos jornais da capital do país. A segunda hipótese: a importância atribuída ao jornal na época, seja por sua credibilidade seja pelo fato de ele não ter divulgado assuntos de interesse da Conferência. A última hipótese relaciona-se à censura do regime militar.

De todas as matérias analisadas foram registrados: título, data, fonte, autor e gênero jornalístico. Muitas delas não possuem autor, sobretudo, as publicadas durante o período mais rígido do regime militar, de 1968 até 1976. A grande maioria das matérias são notas, notícias e reportagens. Essa foi a primeira fase da exploração do arquivo.

No segundo momento, foram conferidas as matérias e eliminadas as repetidas. Foi possível então fazer algumas constatações a respeito do arquivo. Observou-se que houve dois anos em que a quantidade de matérias registradas foi bem inferior aos dos outros anos: 1973, com apenas 67 matérias fazendo referência à Igreja e 1974, com 89. Inicialmente, se pensou em uma provável falha do arquivo jornalístico. A partir da leitura de livros sobre a relação entre a imprensa e a ditadura militar, percebeu-se, entretanto, que esse foi um dos períodos de censura mais rigorosa. Foi a época do presidente Médici. O ano de 74, quando o presidente Ernesto Geisel assumiu o governo, caracterizou-se como um momento de transição. O assunto da sucessão governamental estava definitivamente proibido. A Igreja, que normalmente costumava se pronunciar sobre isso, também se transformou em questão proibida. Prova disso são os bilhetinhos enviados aos jornais e demais meios de comunicação, que continham os assuntos proibidos pelo governo, entre eles estava a Igreja.

Outra constatação refere-se aos principais assuntos publicados pela imprensa durante a ditadura, sobre a relação Igreja e Estado. A prisão de padres subversivos, brasileiros ou estrangeiros, atingiu a própria Igreja e tornou-se o principal motivo para os conflitos entre ela e o Estado. Outro assunto que surgiu, em 1976, e ganhou importância nos anos seguintes foi a anistia, que teve como principais defensores os bispos Paulo Evaristo Arns e Hélder Câmara. Em todos os anos analisados, encontraram-se também os seguintes assuntos: as divergências dentro da própria Igreja (bispos conservadores e que apoiaram o regime e bispos progressistas, que defenderam os direitos humanos); a crise e a tentativa de conciliar Igreja e Estado, por meio do diálogo, entre as cúpulas do clero e do governo; a preocupação com a imagem do Brasil no exterior, pois, pelo fato de existir

uma censura à imprensa no Brasil, alguns bispos recorriam à imprensa internacional para denunciar as torturas. Outro assunto em pauta na época, envolvendo Igreja e Estado, refere-se às eleições estaduais.

Muitos casos que geraram crise entre Igreja Católica e Estado não apareceram nos jornais, ou, quando apareceram, foi de forma superficial, por exemplo: a detenção do secretário-geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter; a invasão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades); a prisão de padres jesuítas, em Brasília.

Com base nessas observações, o tema deste trabalho foi delimitado ao caso dos religiosos que sofreram repressões (prisão, tortura, ameaças de expulsão) do regime militar, por se tratar de um assunto que atingiu diretamente o seio da Igreja, e dela exigiu manifestação pública a respeito. Foram selecionados cinco casos significativos, dos dezoito que constam no arquivo.

Os casos selecionados foram os que tiveram maior repercussão na imprensa, ou seja, os que apresentaram maior número de matérias no período de 1968 a 1977. A maioria das matérias selecionadas diz respeito a padres estrangeiros, porque, no arquivo, constam poucas matérias sobre os casos dos padres brasileiros. Os que constam são esporádicos, não há concentração de matérias, como no caso dos padres estrangeiros.

Sobre os 18 casos de religiosos foram registradas ao todo 728 matérias, considerando-se aí todos os jornais e revistas anteriormente referidos. Foi necessário, portanto, delimitar também o número de jornais a serem analisados, para tornar a pesquisa mais prática e objetiva. Foram, pois, selecionados quatro jornais de grande circulação no período: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Eles foram escolhidos por três motivos: serem de circulação nacional; terem sobrevivido ao regime

militar; apresentarem presença no arquivo mais constante que os demais. Por esta seleção, a amostra diminuiu para 247 matérias, assim distribuídas: o caso dos padres franceses Michel Le-Ven, Xavier Berthon e Hervé Crouguennac (1968) ficou com 39 matérias; o caso dos padres dominicanos (1969), com 103; o do padre Jacques Jentel (1975), com 14; o de dom Pedro Casaldáliga (1977), com 33; o do padre suíço Romain Zufferrey (1977), com 58.

No terceiro momento da exploração do arquivo, essa amostragem passou por nova seleção, a fim de reduzir o número de matérias a serem analisadas. O procedimento adotado foi novamente o da repercussão. Observaram-se, de cada caso, quais os dias em que eles tiveram maior presença na imprensa. Esses dias de repercussão foram selecionados. Isso limitou bastante o número de matérias de alguns dos casos analisados, por dois motivos.

Primeiro, pelo fato de que os cinco casos não terem o mesmo nível de repercussão. Segundo, porque nem todos os jornais divulgaram a mesma notícia no mesmo dia. Por isso, foram abertas exceções, por exemplo: o *Jornal do Brasil* divulgou uma notícia no primeiro dia do acontecimento e a *Folha de S. Paulo* só a divulgou no segundo dia. Elas foram selecionadas porque, apesar de não terem sido publicadas na mesma data, abordaram o mesmo conteúdo.

A partir desse terceiro procedimento de seleção, foi possível chegar ao total de 53 matérias (Tabela 1), ficando a amostra assim constituída: 10 referem-se ao caso dos religiosos franceses (Tabela 2); 15, ao dos religiosos dominicanos (Tabela 3); 5, ao do padre Jentel, (Tabela 4); 15, ao do padre Romain Zufferrey (Tabela 5); 8, ao do bispo dom Pedro Casaldáliga (Tabela 6). De todas as matérias, 13 são do *Jornal do Brasil*, 12, de *O Globo*, 16, de *O Estado de S. Paulo*, 12, da *Folha de S. Paulo*. A seguir, tabelas que ilustram a

amostra:

Essa amostra é relativamente pequena se comparada ao total de matérias do arquivo jornalístico da CNBB referentes às relações Igreja e Estado durante a ditadura militar. Ela evidencia, porém, um momento crucial dessa relação: o momento em que a Igreja se viu atingida, por meio das acusações e repressões aos seus religiosos. Trata-se de um momento em que a reação foi inevitável.

Para identificar as estratégias de agendamento e o enquadramento sobre o assunto, foi adotada, nesta pesquisa, a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), com a perspectiva teórica da *Teoria da Notícia* da hipótese da *Agenda-Setting*, tendo como foco: a cobertura da imprensa e a influência da CNBB no processo de agendamento da mídia durante a ditadura militar, a partir do critério temático dos casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas.

Cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos

Os militares tinham a crença de que o comunismo se infiltrava nos campos psicológico e das idéias. A ação do exército atingiu, portanto, “os campos de batalha escolhidos pelo inimigo: os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação, a Igreja. A repressão e o controle visam acima de tudo esses setores” (COMBLIN, 1980, p.49).

A imprensa foi um dos espaços públicos mais controlados pelo Estado. No governo da linha dura, por exemplo, o presidente Médici aumentou o controle sobre a imprensa, como parte da política de Segurança Nacional:

o Estado combatia a subversão com numerosas táticas: plantava notícias falsas; fazia pressão financeira sobre donos de veículos de comunicação que não se dispunham a cooperar; intimidava e prendia jornalistas; invadia, jogava bombas e praticava outras formas de violência tanto contra jornais do *establishment* quanto

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p359>

contra os de oposição” (SERBIN, 2001, p.348).

O controle imposto à imprensa, no entanto, não foi total, pois cada governo que assumiu o Poder queria mostrar para a sociedade que o país seguia rumo à democracia. “Cada um dos quatro generais que sucederam na Presidência da República desde 1964 anunciou que sua tarefa consistia em preparar a volta à democracia, deixando mesmo crer que seria o último presidente militar” (COMBLIM, 1980, p.71).

No que diz respeito à Igreja Católica, percebe-se, sobretudo pelos bilhetinhos que continham as proibições, os obstáculos que os jornalistas encontraram para noticiar acontecimentos relacionados a esta instituição religiosa. A divulgação de nomes de bispos e de acontecimentos envolvendo religiosos foi censurada pelo regime. Ainda assim, um número significativo de casos envolvendo padres, freiras, bispos ganhou visibilidade na imprensa, pois foram acontecimentos que romperam com a normalidade e que apresentaram valores- notícia capazes de transformá-los em acontecimentos noticiosos.

Em *Jornalismo, valor-notícia* diz respeito a critérios de seleção de elementos nos fatos da realidade que os transformam em fato jornalísticos, ou seja: em temas cobertos pela imprensa (WOLF, 2003; TRAQUINA, 1999; HOHLFELDT, 2001). Neste objeto, citemos como critérios: o inesperado (rompimento das relações entre Igreja e Estado, além da atuação dos religiosos em questões de política e do social: vistos como comunistas disfarçados de padres), personificação (referência a pessoas proeminentes da CNBB), referência a nações de elite (, aqui representadas por França, Espanha e Suíça, nos quais: dos cinco casos abordados, quatro dizem respeito a padres estrangeiros), amplitude e a significância. Supõe-se que foram esses valores que contribuíram para que as prisões de religiosos, durante a ditadura,

ganhassem visibilidade na imprensa.

Com base na classificação, no grau de importância das fontes e na leitura das matérias jornalísticas (WOLF, 2003; SOUSA, 2001; TRAQUINA, 1999), foram identificadas as principais fontes humanas que se posicionaram contra os religiosos e em sua defesa. Percebeu-se que as fontes oficiais e institucionais obtiveram o maior destaque nas matérias analisadas; em segundo plano, situam-se as fontes informais como membros de congregações, familiares das vítimas e fiéis.

A fonte oficial é representada pelos diversos segmentos do governo militar, ou seja, pelos representantes do exército, do Ministério da Justiça, pelas pessoas ou órgãos autorizados a falar em nome do governo. Igualmente a abordagem da fonte institucional, a CNBB, não limita-se à presidência da Conferência, mas abrange todos os bispos e arcebispos que se pronunciaram sobre os casos, assim como os advogados designados pela cúpula da Igreja para atuar na defesa dos religiosos. As fontes informais compreendem familiares e outros organismos independentes da CNBB, que se pronunciaram a respeito dos casos.

Das 53 matérias analisadas, 35 notícias (66 %) apresentaram a Igreja como fonte principal, por meio da CNBB, organismos ligados à instituição, bispos, advogados, incluindo-se aqui as congregações religiosas, embora elas não façam parte do que é considerado fonte institucional; 6 notícias (11%), as fontes oficiais; 6 notícias (11%), as fontes oficiais e religiosas; 3 notícias (6%), outros tipos de fontes como o jornal inglês *Daily Telegraph*, o consulado da Suíça e um cônego da Igreja Católica que se posicionou claramente contra a atuação dos religiosos franceses. Em 3 notícias (6%) das notícias não foi possível identificar a fonte principal.

Das 35 notícias que apresentaram fontes religiosas, 23 tiveram como

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p359>

fonte principal bispos e arcebispos; 3, o advogado do padre Zufferrey; 3, o próprio sacerdote Zufferrey, vítima das acusações do regime; 6 tiveram como fontes: a Comissão Brasileira Justiça e Paz; o porta-voz da arquidiocese de Olinda e Recife; um movimento ligado à mesma arquidiocese; o provincial da congregação religiosa dos padre franceses; o porta-voz do Vaticano; a declaração do Seminário Cristo-Rei.

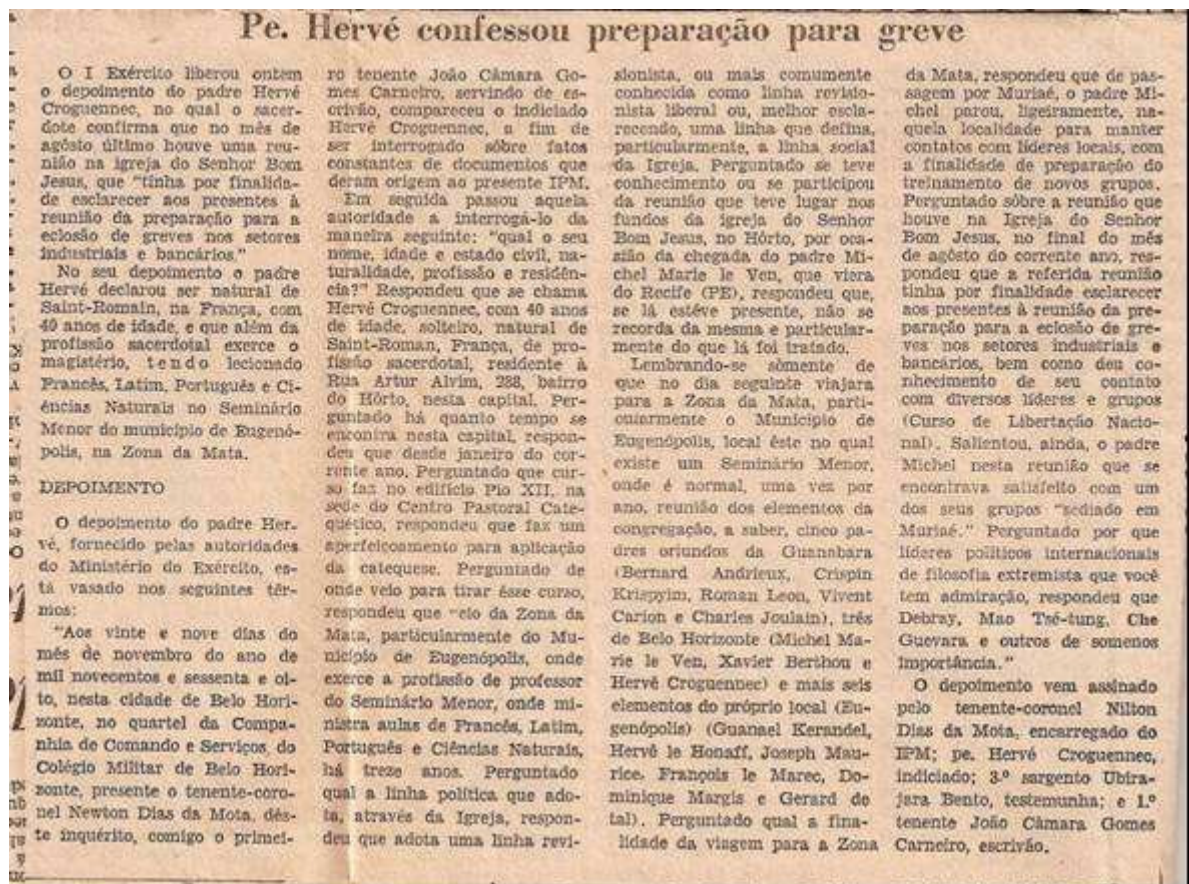
No conjunto dos casos analisados, o sacerdote suíço Zufferrey foi a única vítima diretamente ouvida pela imprensa. Os religiosos acusados não tinham, até então, o direito de se explicarem ou se defenderem perante a sociedade, por isso as informações obtidas pelos jornalistas advinham de fontes oficiais ou religiosas. No caso do religioso suíço, ele concedeu entrevistas à imprensa, defendendo-se das acusações dos militares de ser subversiva a atividade por ele desenvolvida. Em uma de suas declarações aos jornalistas, o sacerdote afirma estar tranquilo e confiante,

porque nenhum crime pratiquei. E sim, a caridade pura, católica, crista em favor dos nordestinos pobres. Doutrinei-os sim, mas na Política de Cristo, que é o Evangelho. Ensinei-lhes normas de vida, métodos de ação contra os percalços diários da existência material. Ensinei não uma fé inativa que vive de esperar milagres, mas uma fé inabalável, respaldada no trabalho profícuo, que tira o pão de cada dia do suor do rosto. [...] Esta foi a minha doutrina a serviço da Ação Católica Operária em Pernambuco, neste Nordeste sofrido. [...] Como estrangeiro suíço – vi meus irmãos de igual para igual, filhos de Cristo, irmão de fé, operários de mãos grossas pelo trabalho. Se é crime dar a mão de sacerdote a quem precisa de ajuda, de orientação dentro da doutrina da Santa Madre Igreja, este tem sido o meu no Brasil (*FOLHA DE S. PAULO*, 14/07/1977).

O caso do padre Zufferrey representa uma exceção entre casos analisados. Os demais religiosos não tiveram o direito de se manifestarem ou se defenderem publicamente. Foram presos e isolados. Até mesmo os bispos encontraram dificuldades para visitá-los. A defesa desses religiosos perante a sociedade ficava a cargo dos advogados e da cúpula da Igreja. Os motivos

que os condenavam como subversivos dificilmente eram divulgados e quando apresentados à imprensa, o era por meio de fontes oficiais, como ocorreu com os religiosos franceses (Figura 5). Embora as fontes oficiais tenham apresentado este depoimento na íntegra, com a confissão de um dos sacerdotes, nada se sabe sob quais condições foram obtidas essas declarações, ou seja, se houve algum tipo de violação física ou psicológica.

Figura 5: Depoimento do Padre Hervé Divulgado pelo Exército à Imprensa



Fonte: *Jornal do Brasil* (11/12/68)

De todas as matérias analisadas, o referido depoimento foi o único divulgado pelas fontes oficiais, que pouco apareceram para esclarecer os acontecimentos, isto é, para elucidar os reais motivos pelos quais os religiosos foram acusados de subversivos.

Das 53 matérias analisadas, apenas 15 notícias (28,3%) citam fontes oficiais, como fontes principais ou não. No caso dos religiosos franceses, as fontes oficiais foram representadas pelo general Álvaro Cardoso, da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar de Belo Horizonte e pelo general Sizen Sarmento, do Comando do I Exército. As fontes oficiais do caso dos dominicanos foram os delegados do DOPS, entre eles, um dos mais temidos da época, Sérgio Fleury¹⁸, e o secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, o coronel Jaime Mariath. Sobre o padre Zufferrey, manifestou-se o Departamento da Polícia Federal. Sobre a expulsão do país do padre Jentel, falou o Ministério da Justiça. Com relação a dom Pedro Casaldáliga, pronunciaram-se o assessor de imprensa da presidência, Coronel Toledo Camargo, e a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça. No caso do dom Casaldáliga, as fontes oficiais tiveram uma atitude mais de autodefesa do que de acusação, diferentemente do que ocorreu com os religiosos franceses e dominicanos, quando sua postura foi de acusação. Elas defendiam-se das denúncias dos bispos de que o governo expulsaria do país o bispo de São Félix do Araguaia. A seguir, apresentam-se, respectivamente, o pronunciamento do assessor de imprensa da presidência da República e a nota da assessoria de imprensa do Ministério da Justiça:

Eu achei estranho quando vocês me falaram, porque o Ministro da Justiça não está em Brasília e o Presidente Geisel não veio ao Palácio hoje. Teria que haver uma coisa muito grave para que uma decisão importante como essa fosse tomada repentinamente. Não há nada sobre o assunto no Ministério da Justiça, posso garantir - disse Camargo (*O GLOBO*, 30/07/1977).

Alguns jornais publicaram notícia segundo a qual estaria iminente a expulsão do bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga. Com base nessa notícia, formularam-se declarações e críticas ao governo, injustas e descabidas, porque sem a menor procedência. A assessoria de imprensa do gabinete do ministro da Justiça esclarece que não existe processo de expulsão de d. Pedro Casaldáliga (*FOLHA DE S. PAULO*, 2/8/77).

Apenas 15 notícias das 53 analisadas citaram fontes oficiais. Isto não significa que a imprensa tenha oferecido pouco espaço às fontes oficiais, elas eram, porém, de difícil acesso. De acordo com Marconi (1980, p.99), “os atos das autoridades não deviam ser questionados ou discutidos”.

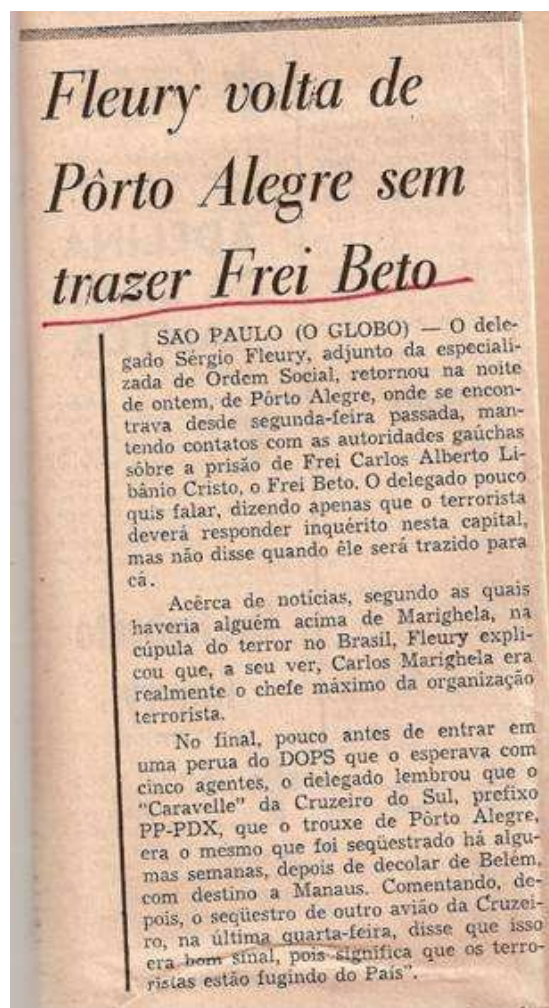
Para Marconi, tão grave quanto a violência policial foi a dificuldade que os jornalistas tiveram no processo de coletas de informação. Médici e Geisel, os dois presidentes que governaram o país no período analisado (de 1968 a 1977), eram inacessíveis. O presidente Médici raramente atendia os jornalistas, quando o fazia os profissionais eram selecionados previamente e as perguntas apresentadas com antecedência, no dia da coletiva ele apenas lia as respostas prontas. O presidente Geisel “não concedeu nenhuma entrevista formal no Brasil durante seus cinco anos de presidência, aceitando apenas responder algumas perguntas de jornalistas brasileiros em suas viagens ao exterior” (MARCONI, 1980, p.99). Os jornalistas muitas vezes tiveram de se contentar com *press-releases* oferecidos pelas assessorias de imprensa das fontes oficiais, como se observa, por exemplo, na manifestação da assessoria de imprensa do Ministério da Justiça. Nenhuma entrevista coletiva ou exclusiva foi concedida por qualquer autoridade autorizada para falar sobre os casos, com exceção da assessoria de imprensa da presidência da República, sobre dom Casaldáliga. Percebe-se que as raras falas que constam

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p359>

em algumas matérias, como a do delegado Fleury, partiram da abordagem do jornalista.

Apesar da resistência das fontes oficiais, quando elas se pronunciavam ganhavam destaque na notícia (Figuras 6, 7 e 8).

Figura 6: Delegado Fleury em Destaque na Notícia



Fonte: *O Globo* (14/11/69)

Figura 7: Ministério da Justiça em destaque na NotíciaFonte: *O Globo* (02/08/77)

Figura 8: General Siseno Sarmiento defende ação do Exército



Fonte: *Jornal do Brasil* (11/12/1968)

A fonte institucional, representada pela CNBB, manifestou-se em todos os casos analisados, em alguns de forma mais ativa na defesa dos religiosos, em outros de forma neutra. Nos casos dos padres franceses, do sacerdote Zufferrey e de dom Casaldáliga, a Conferência posicionou-se claramente ao lado dos religiosos. No caso do padre Jentel, limitou-se a descrever o ocorrido; no dos religiosos dominicanos, os bispos mantiveram-se cautelosos, ou seja, não condenaram, mas também não defenderam. Coincidentemente, esses foram os dois casos que tiveram consequências gravíssimas. Padre Jentel foi expulso do país e os dominicanos foram muito torturados. Neste último caso, pode-se dizer que os bispos foram omissos. Alguns chegaram a visitar os

dominicanos na prisão, mas não denunciaram o que se passava com eles.

A diferença de tratamento da CNBB em relação aos casos aconteceu conforme seu contexto e sua gravidade. Quando eles ocorreram no final da ditadura, como os do padre Zufferrey e dom Casaldáliga, a Conferência atuou em um momento no qual havia mais liberdade. No caso dos religiosos franceses, em 1968, a censura ainda não estava tão rigorosa como nos anos posteriores e a CNBB encontrou espaço para se pronunciar. Sobre os dominicanos, o silêncio partiu da própria instituição, que não se sentia preparada para falar sobre os fatos (Figuras 9 e 10). Segundo Alves (1979, p. 217), “a reação da hierarquia (da Igreja) foi muito prudente, mas correta”, pois a CNBB não condenou a ação dos religiosos envolvidos com Marighella. “Durante longos meses o episcopado recusar-se-á às condenações exigidas pela direita, limitando-se a pedir que os acusados seja levados aos tribunais e que o seu direito de defesa seja assegurado” (IDEM). O silêncio sobre a expulsão do país do padre Jentel não partiu da Igreja, mas dos militares. O assunto foi censurado e a imprensa, obrigatoriamente, se limitou a divulgar apenas as notas de esclarecimento da CNBB e do Ministério da Justiça. Nos cinco casos analisados, em apenas dois (religiosos dominicanos e padre Jentel) a CNBB foi mais silêncio do que voz. No primeiro, por cautela e insegurança diante dos fatos; no outro por imposição da censura à imprensa.

Figura 9: O Silêncio da CNBB sobre os Religiosos Dominicanos

NA CNBB

Durante a manhã de ontem Dom Aluisio Lorscheider realizou diversos contatos telefônicos com o prior dos Dominicanos em São Paulo. Nenhuma dessas conversações foi adiantada à imprensa, sabendo-se, apenas, que havia uma grande possibilidades de o secretário-geral da CNBB viajar para São Paulo, a fim de se inteirar melhor dos fatos. Foi o que ele fez às 16 horas. Provavelmente hoje deverá, no Rio ou em São Paulo, divulgar alguma nota oficial a respeito.

Os funcionários da CNBB mantêm-se em absoluto sigilo em torno do problema, e mesmo os religiosos declaram-se sem notícias suficientes para divulgação.

Fonte: *Jornal do Brasil* (06/11/69)

Figura 10: O silêncio da CNBB sobre o padre Jentel



Fonte: *Folha de S. Paulo* (16/12/75)

Apesar do silêncio da cúpula da Igreja em alguns momentos, ela teve presença ativa na imprensa brasileira no que se refere aos cinco casos analisados. Das 53 notícias, 49 (92%) citaram a CNBB como fonte, independente de ser ou não fonte

principal (Tabela 9). A presença da instituição na imprensa deu-se por meio da presidência da Conferência, como também por bispos e arcebispos de renome nacional, entre os quais se destacam: dom Ivo Lorscheiter, dom Aloísio Lorscheider, dom Paulo Evaristo Arns, dom Hélder Câmara, dom Avelar Brandão, dom João Rezende Costa, dom Vicente Scherer. Em nome da CNBB e das arquidioceses, também responderam os advogados contratados para defender a causa, entre eles: Gamaliel Heval, sobre os religiosos franceses, e Eduardo Chaves Pandolfi sobre o padre Romain (Tabela 9).

Tabela 9: Número de Matérias que Citaram a CNBB como Fonte

Caso	Nº de Matérias/Caso	Nº de Matérias que Citaram a CNBB como Fonte
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac.	10	10
Padres dominicanos	15	14
Padre Jacques Jentel	5	4
Padre Romain Zufferrey	15	13
Dom Pedro Casaldáliga	8	8
Total	53	49

Fonte: Jornais: *Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil*

Assim como as fontes oficiais obtiveram destaque nas notícias, a CNBB sobressaiu em títulos, subtítulos e imagens em 26 matérias das 53 analisadas. Geralmente, os títulos chamam a atenção para as ações dos bispos (Figuras 11 e 12).

Figura 11: Encontro de Dom Rossi com Presidente Médici



Fonte: *O Estado de S. Paulo* (20/11/69)

Figura 12: Ação de dom Aloísio é título de notícia



Fonte: *O Estado de S. Paulo* (20/07/77)

A presença da CNBB na imprensa brasileira, durante os anos de chumbo, em defesa dos sacerdotes e dos direitos humanos, comprova que a instituição foi uma fonte de informação acessível, apesar dos momentos de silêncio, e que suas estratégias de agendamento da imprensa obtiveram sucesso, ou seja, foram emplacadas, ganhando muitas vezes destaque nas notícias.

Ao se posicionar a favor dos religiosos, a Conferência estava simultaneamente defendendo os direitos humanos, duramente violados pela ditadura. Houve campanhas contra a violação dos direitos humanos que não foram divulgadas pela imprensa, devido à censura, mas que estiveram, no entanto, nas discussões dos bispos e em seus diálogos com os militares. Serbin (2001) recorda que

Os ataques, aos quais a polícia se referia como "Operação Rapa da Igreja", tinham o claro objetivo de minar a atividade política das bases e a defesa dos direitos humanos. No Brasil, a censura manteve a operação fora do noticiário, mas o jornal The New York Times publicou matéria que interpretava as ações dos militares como uma "limpeza" contra a Igreja. (SERBIN, 2001, p. 346)

Apesar da censura imposta à imprensa sobre o assunto, percebe-se, a partir da defesa dos casos dos religiosos pela CNBB, os apelos da Conferência em prol dos direitos humanos e da luta contra as acusações de subversão.

Subversão e direitos humanos

A perspectiva do acontecimento dado como notícia é de suma importância para as diversas forças sociais que disputam visibilidade no espaço público do jornalismo, pois o leitor pode, muitas vezes, tomar conhecimento dos fatos apenas pela imprensa. Pequenos detalhes podem causar enorme diferença na interpretação dos fatos. O jornalista sabedor disso, às vezes o faz de forma intencional. O leitor, porém, pode não perceber isto, a não ser que conheça os fatos além dos jornais ou conheça bem a linha editorial do veículo de comunicação e faça uma leitura crítica das notícias.

Nos cinco casos analisados, observou-se que a cobertura da imprensa oscilou entre duas perspectivas: a da subversão e a dos direitos humanos, ou seja, entre a ótica oficial, dos militares e a da Igreja.

A primeira perspectiva é percebida inicialmente a partir dos rótulos dados aos padres, seja pela imprensa seja pelas fontes oficiais, e pelo destaque que esses rótulos recebem.

As notícias geralmente não apresentam a expressão 'religiosos subversivos', mas 'religiosos acusados de subversão' ou 'religiosos acusados de práticas subversivas'. Esta é uma forma de evitar a opinião do jornal sobre os casos, dado que o termo 'subversão' era usado pelos militares.

Conforme a Lei de Segurança Nacional, a subversão atinge todos os grupos

manipulados pelo comunismo internacional. “Nem todos esses grupos se engajam numa ação violenta, mas sua ação, mesmo pacífica, é solidária com as ações violentas: são violentos por contágio, e porque o comunismo internacional prega a violência permanente” (COMBLIN, 1980, p.86).

Para os militares, a subversão compreendia três setores sociais vigiados atentamente pelo Serviço de Inteligência: “o movimento sindical, as universidades e a Igreja Católica, ou pelo menos a ‘Igreja revolucionária’, os católicos de esquerda” (COMBLIN, 1980, p.86).

Qualquer envolvimento de religioso com movimentos sindicais, universitários ou mesmo com as pastorais da Igreja Católica era considerado subversivo. Observa-se também que a subversão foi associada a outros termos de forma a denegrir a imagem do acusado.

Das 53 notícias em estudo, 8 apresentaram algum tipo de expressão pejorativa, estas notícias referiam-se somente a dois casos: dos religiosos franceses e dominicanos.

Das expressões metafóricas usadas, 3 notícias revelam que a fonte oficial foi responsável pela expressão usada (pregações subversivas, terrorista, subversivo e elementos); 4 notícias mostram que o jornalista/jornal foi quem usou a expressão (padres demolidores, padres do terror, ligação com terrorista, elementos, terrorista, clérigos de esquerda); apenas 1 notícia apresenta a declaração de um sacerdote de Porto Alegre, padre João Schmidt, considerado conservador e que criticou a atuação dos padres, falando em terrorismo. Das oito notícias que apresentaram essas expressões, duas foram citadas pelo *Jornal do Brasil*, duas, pelo *O Estado de S. Paulo*, quatro, pelo jornal *O Globo*. Este último jornal usou as expressões mais pejorativas como ‘padres demolidores’, ‘padres do terror’, ‘elementos’ e ‘atividades terroristas’ e foi o único a dar destaque a essas expressões.

Figura 15: Expressão Pejorativa ganha Destaque na chamada da Notícia



Fonte: *O Globo* (6/12/69)

Figura 16: Expressão Pejorativa ganha destaque no Título da Notícia



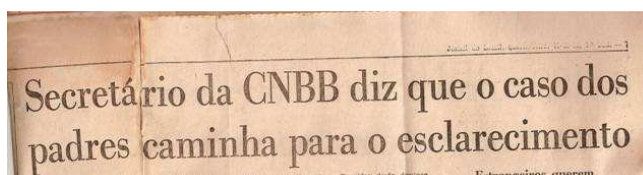
Fonte: *O Globo* (6/12/1969)

Outro exemplo de expressão pejorativa encontra-se em uma das notícias sobre os religiosos franceses, a qual reproduz o depoimento de um dos padres presos, Hervé Croguennec, divulgado pelas autoridades do Ministério do Exército. Diz um trecho do depoimento:

Lembrando-se somente de que no dia seguinte viajara para a Zona da Mata, particularmente o Município de Eugenópolis, local este no qual existe um Seminário Menor, onde é normal, uma vez por ano, reunião dos *elementos* da congregação, saber, cinco padres oriundos da Guanabara (Bernard Andrieux, Crispin Krispyim, Roman Leon, Vivent Carion e Charles Joulain), três de Belo Horizonte (Michel Marie le Ven, Xavier Berthou e Hervé Croguennec) e mais seis elementos do próprio local [...] (JORNAL DO BRASIL, 11/12/68).

Diferente de *O Globo*, o *Jornal do Brasil* não deu ênfase ao depoimento, que apresentou o seguinte subtítulo: "Pe. Hervé confessou preparação para greve". No depoimento, segundo as autoridades, o padre confessa ter participado de uma reunião para organizar greves nos setores industriais e bancários. Essa informação não foi transformada em título, porém a CNBB aparece no título principal (Figura 17).

Figura 17: Jornal não dá destaque a Expressão Metafórica usada na Notícia



Fonte: *Jornal do Brasil* (11/12/68)

A atuação da Igreja como fonte de informação e como promotora de notícia foi muito expressiva para que o enfoque da subversão não fosse o único das notícias. A sua atuação na defesa dos sacerdotes, dos direitos humanos e na defesa da sua própria imagem também foi notícia. Segundo Serbin (2001),

embora os bispos ficassem na defensiva quanto à subversão, partiam para a ofensiva quanto o assunto eram os direitos humanos. Do ponto de vista da Igreja, os atritos diminuiriam se o governo libertasse pessoas injustamente acusadas e pusesse um fim aos maus-tratos contra seus prisioneiros. O ponto fraco da Igreja eram os padres radicais e bispos excessivamente francos, o do regime, torturadores e carrascos. (SERBIN, 2001, p.318)

Em suas notas e declarações, os bispos eram enfáticos em seus apelos para que se respeitassem os direitos humanos (Figura 18), sobretudo a partir dos anos 70, quando a "CNBB tornou-se a voz nacional da Igreja brasileira, divulgando declarações críticas contra as violações dos direitos humanos e a injustiça social econômica. Dom Aloísio e dom Ivo eram os líderes mais importantes" (SERBIN, 2001, p.321). Antes dos anos 70, a CNBB aparece nos jornais com postura mais defensiva em relação às acusações dos militares (Figura 19); no final dos anos 70, sua atuação perante a imprensa foi mais de denúncia e crítica (Figura 20). Situação inversa aconteceu com os militares. Nos primeiros anos do regime, seu posicionamento foi de acusação (Figura 21); no final da década de 70, eles assumiram postura de defesa ante as denúncias dos bispos (Figura 22).

Figura 18: Apelo de Dom Agnelo sobre os Direitos Humanos



Fonte: *Jornal do Brasil* (11/11/69)

Figura 19: Nos Primeiros Anos do Regime, CNBB defende-se de Acusações

CNBB admite equívocos mas adverte que só Igreja pode julgar pregação

Embora admita a existência de "equivocos entre alguns membros da Igreja", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em nota oficial, advertiu ontem que "o luto sobre a pregação do Evangelho, autêntica ou não, é de competência exclusiva das autoridades eclesásticas."

O documento — a respeito da prisão de religiosos em Minas — aponta que "a exigência de transformações que propugna pela mudança da ordem econômica, política, social e cultural manifestadamente injusta, não deve ser confundida com subversão de autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos preservar."

A NOTA

Ela, na íntegra, é a nota da CNBB que leva a assinatura do seu presidente, Cardinal Agnelo Rossi, e de seu secretário-geral, Dom Atilio Loscheider:

"As acusações que, dia a dia, mais se avolumam contra a Igreja em nosso país pedem um esclarecimento autorizado por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A Igreja, em seus membros, é tachada de subversiva. Se a Igreja, nas suas atuais, realizadas uma participação ativa na procura do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens, ela não está esboçando de seu campo específico que é o religioso: esta procura é parte intrínseca de sua missão de serviço à humanidade. Mas ela está ao mesmo tempo consciente que a sua única motivação nasce da palavra de Cristo, do Evangelho, que deverá encontrar-se sempre mais em todos os campos da atividade humana, seja o político como o econômico, o social e o cultural.

Ao repudiar todo e qualquer sistema econômico, político, social e cultural de inspiração atea e materialista, ela proclama sua visão integral do homem-livre de qualquer servidão, e ao propugnar a busca cristã da justiça ela visa aquela emancipação total que permite ao homem usufruir da liberdade dos filhos de Deus.

Isto exige em nossos dias transformações profundas em nós mesmos e na sociedade. Portanto, esta exigência de transformações que propugna pela mudança de uma ordem econômica, política, social e cultural manifestadamente injusta não deve ser confundida com subversão de autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos preservar.

Esta linha de conduta da Igreja há muito

de massas autoridades corresponde à imagem de honradez e honestidade que todos dela queremos ter. Devemos registrar no entanto, que estranhamos que não se tenham dado às respectivas autoridades eclesásticas as devidas informações requeridas pelo caso para um possível esclarecimento e defesa das pessoas indicadas.

Queremos que as justas retribuições do povo, feitas à sombra de nossa bandeira, não se façam jamais de um modo violento, pois a violência, afirma mais que uma vez Paulo VI, não é evangélica nem cristã.

Infelizmente, nesta quadra delicada para o nosso país, estão surgindo com certa frequência tensões e conflitos, perfeitamente evitáveis se houvesse maior prudência, objetividade e respeito pelos valores básicos da sociedade: verdade, justiça, liberdade e amor. Somente nesta linha logramos a verdadeira paz e compreensão, e se evitarmos os choques entre as pessoas que realmente amam o Brasil e o seu povo."

INVESTIGAÇÕES

O secretário-geral da CNBB, Dom Atilio Loscheider, não quis ontem fazer qualquer declaração à imprensa, alegando que o que podia comentar a respeito da prisão dos padres franceses já estava sendo feito na nota oficial.

Sabe-se, entretanto, que a CNBB está investigando as atividades dos padres acusados a fim de saber se as denúncias têm procedência. Todas as regiões e paróquias percorridas pelos franceses estão sendo investigadas. A CNBB procura entrar em contato com testemunhas que possam falar alguma coisa sobre o assunto.

Dom Atilio Loscheider chegou ontem à noite de São Paulo, para onde foi debater o problema com Dom Agnelo Rossi. Desde que chegou, mantém-se fechado em seu escritório, de onde sai apenas para almorçar ou jantar.

HORA DE PREVIDÊNCIA

O Cardinal Dom Jaime de Barros Câmara disse ontem ao JB que a nota emitida pela CNBB "prima pelo bom senso, pela objetividade e pela prudência."

— O que se sabe os padres franceses presos vem da própria imprensa. Não posso me pronunciar sobre o problema porque não estou bem a par das atividades dos padres nem das acusações que lhes são imputadas. Além disso, o caso ocorreu em Belo Horizonte, que não é a minha jurisdição. Se fosse no Rio seria diferente. Eu poderia me manifestar

SOLIDARIEDADE



Fonte: *Jornal do Brasil* (5/12/68)

Figura 20: No final dos anos 70, CNBB parte para a denúncia e crítica



Fonte: Folha de S. Paulo (30/07/77)

Figura 21: Nos anos 60, Militares acusam Religiosos



Fonte: Jornal do Brasil (03/12/68)

Figura 22: Militares defendem-se das Denúncias dos Bispos



Fonte: *O Globo* (30/07/77)

A partir das perspectivas da subversão e dos direitos humanos dos casos dos religiosos, a análise da cobertura da imprensa mostra que as notícias, quando abordadas sob a perspectiva da subversão, estavam em concordância com um destes

contextos: as fontes oficiais se manifestavam; a Igreja silenciava, seguiam a linha editorial do jornal. Neste último aspecto, enquadra-se o jornal *O Globo*, que apoiou à ditadura, embora tenha mudado de posição, ao final dos anos 70. Os demais jornais, em sua maioria, abordaram os acontecimentos de maneira menos tendenciosa, no que se refere à perspectiva da subversão. A Igreja, por meio da CNBB desfrutou de significativo espaço nas notícias analisadas, graças ao seu papel como fonte de informação e como promotora de notícias.

A CNBB conseguiu agendar a imprensa. A maioria das matérias comprova que o enquadramento correspondeu a esse agendamento. A publicação na íntegra de notas divulgadas pela instituição religiosa é um exemplo da correlação entre agendamento e enquadramento. A Igreja, por ser mais acessível que as fontes oficiais, ocupou lugar de destaque nas matérias, ganhando visibilidade, inclusive nos títulos das notícias.

Entre os argumentos da Conferência apresentados à imprensa estavam a injustiça das acusações contra os religiosos e a inobservância dos direitos humanos, pois raramente se sabia os reais motivos das acusações, ou seja, quais os fatos que levavam os religiosos a serem chamados de subversivos pela ditadura. Quando divulgados pelas fontes oficiais, os motivos eram apresentados por meio de notas, sem entrevistas, como aconteceu com o padre francês Hervé Croguennec, em que o Exército divulgou um depoimento do sacerdote. Persiste, porém, a dúvida sob as circunstâncias em que foi tomado esse depoimento.

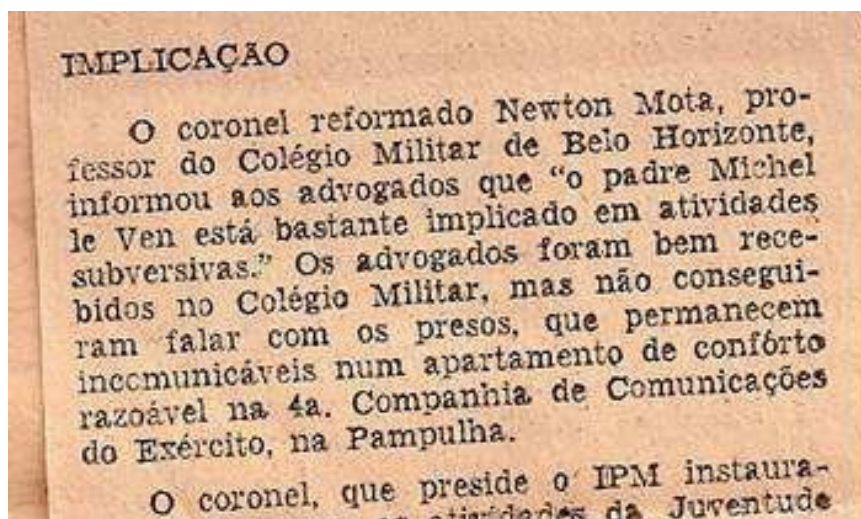
De forma geral, as notícias não são completas. Ao lê-las, restam muitas dúvidas sobre os fatos, especialmente no que se refere ao processo de prisão ou aos motivos que condenaram os sacerdotes como subversivos. Nota-se que a imprensa só tomava conhecimento sobre os casos, após a ocorrência das prisões. Os militares, os únicos que poderiam explicar os reais motivos, eram fontes de difícil acesso. Nem mesmo os advogados dos religiosos entendiam as acusações. Outra falha das notícias refere-se à situação em que se encontravam os religiosos, quando estavam presos. Apenas duas notícias tiveram a preocupação de evidenciar isto (Figuras 23 e 24).

Figura 23: Notícia aborda Tratamento recebido pelos Religiosos Dominicanos na Prisão



Fonte: *O Estado de S. Paulo* (03/12/69)

Figura 24: Trecho da Notícia afirma que Franceses estão Incomunicáveis, mas em Conforto



Fonte: *Jornal do Brasil* (03/12/68)

Essas foram as duas únicas notícias que informaram sobre a situação em que

se encontravam os religiosos presos. No caso dos dominicanos, a notícia, entretanto, faz referência somente a três sacerdotes presos posteriormente. Quase um mês antes, onze dominicanos haviam sido presos e submetidos à tortura. A segunda notícia apresenta, em pequeno trecho, a informação de uma fonte oficial afirmando que os religiosos franceses, apesar de incomunicáveis, estavam num “apartamento de conforto razoável”. Percebe-se aí a intenção das fontes de passar a imagem de estarem os religiosos sendo bem tratados.

A falta de informação sobre o tratamento que os religiosos recebiam era consequência do silêncio das fontes oficiais. A imprensa não pode ser responsabilizada por essas falhas, justamente por não ter acesso a informações como estas, pois nem as fontes de defesa dos religiosos sabiam em que circunstâncias eles se encontravam.

A ausência de informações, a perspectiva da subversão apresentada por algumas notícias e o silêncio da Igreja em determinados momentos não impediram que a CNBB, por meio de seus bispos, ganhasse visibilidade. Este espaço foi conquistado por meio de estratégias simples, discretas, sem muito alarde. Mostrou-se, porém, de extrema importância para os rumos dos acontecimentos, não só em relação aos religiosos acusados de praticar atividades subversivas, mas também para toda a sociedade. Embora sem esquecer o rumo tomado pelas ditaduras em países onde a Igreja omitiu-se ante a realidade, fica a pergunta: ‘Se instituições que se opuseram ao regime, como a Igreja, tivessem silenciado, os rumos teriam sido diferentes?’

Considerações Finais

Tendo como base a atuação dos bispos e dos militares, constata-se que, durante a ditadura, o jornalismo foi um espaço público de mediação no qual Igreja e Governo disputaram visibilidade, com o objetivo de tornar públicas suas ações, seus posicionamentos. Como em um regime ditatorial a imprensa é manipulada e controlada, a CNBB teve de assumir postura mais ativa nesse espaço público de mediação, atuando como promotora de notícia. Ela usou estratégias de agendamento para fazer com que seu posicionamento em defesa dos religiosos e de apelo ao respeito pelos direitos humanos alcançasse um público mais amplo: a sociedade. Entre as estratégias de agendamento mais usadas pela instituição destaca-se a divulgação de notas, sobretudo nos casos dos religiosos franceses dominicanos e do padre Jentel.

No contexto da censura, as notas da Conferência também foram importantes para a imprensa, que publicou a maioria delas na íntegra. Elas serviram como ritual estratégico, por meio do qual a imprensa deixava claro de quem era a fala, evitando assim possíveis conflitos com os militares. As notas, de certa forma, substituíram as declarações verbais e garantiram à CNBB a não distorção de seus pronunciamentos, evitando também maiores conflitos com o Estado⁶.

⁶ A análise da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos franceses, dos dominicanos, do padre Jentel, de dom Casaldáliga e do padre Zufferrey, acusados pelo regime militar de praticar atividades subversivas, mostra a importância do jornalismo como espaço público de mediação, por meio do qual forças sociais hegemônicas e contra-hegemônicas disputaram visibilidade com o objetivo de mostrar à sociedade sua perspectiva sobre os fatos. Estas forças estão representadas, neste artigo, respectivamente, pelo regime militar e pela Igreja Católica.

A Igreja, por meio da CNBB, desempenhou, durante os anos de chumbo, papel expressivo na imprensa em defesa dos religiosos perseguidos. Apesar de a imprensa estar silenciada pela ditadura, as estratégias de agendamento da CNBB obtiveram sucesso, à medida que suas notas e declarações ganharam as páginas jornalísticas.

A instituição religiosa, embora tenha apoiado o golpe de 64, não consentiu com a forma repressiva pela qual os militares agiam. Isso só ficou evidente, entretanto, no momento em que religiosos passaram a ser perseguidos e acusados de comunistas. Até então, a Igreja mantinha-se neutra, em silêncio, procurando manter boas relações com o Estado. Quando, no entanto, se viu na berlinda, colocada entre as acusações e as prisões de sacerdotes, freiras e leigos e a diplomacia com os militares, não teve dúvidas: reagiu.

Em 1968, ano em que foram detidos os sacerdotes Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé Crouguennac e o seminarista José Geraldo da Cruz, todos da Congregação dos Agostinianos da Assunção, a CNBB se fez presente na imprensa, reforçando as manifestações do arcebispo de Belo Horizonte, dom João Renzende Costa, que se posicionou na defesa dos padres.

O mesmo não aconteceu em 1969, quando a Igreja foi mais silêncio do que voz, ao se deparar com a prisão de onze frades dominicanos, entre eles (nomes citados foram obtidos pelo relato das próprias vítimas apresentado no documentário "Atos de Fé" - 2005): frei Carlos Alberto Christo Libânio (frei Betto), frei Tito de Alencar Lima (frei Tito), frei Fernando de Brito, frei Osvaldo Augusto Resende Júnior, frei Yves do Amaral Lesbaupin, todos acusados de envolvimento com um dos homens mais procurados pelo regime, o ex-deputado Carlos Marighella. As prisões dos dominicanos ocorreram em um dos momentos mais rigorosos da ditadura, um ano após a decretação do Ato Institucional 5, por meio do qual o governo fechou o Congresso, cassou mandatos, suspendeu direitos políticos, demitiu, aposentou e exilou intelectuais, impôs censura à imprensa, que passou a ser vigiada por censores ou controlada por bilhetinhos contendo proibições. O silêncio da CNBB, naquele momento em que o país era governado pela linha dura do regime, teve repercussões significativas. A insegurança diante dos acontecimentos e a falta de posicionamento perante a imprensa sobre a situação dos religiosos podem ter contribuído para que os dominicanos fossem violentamente torturados, o que levou um dos religiosos, frei Tito de Alencar, ao suicídio. A Conferência dos Bispos não condenou a ação dos padres, mas também não os defendeu perante a imprensa e a sociedade. Ao recordar os acontecimentos, dom Lorscheider (Entrevista realizada em outubro de 2006), que na época era secretário-geral da instituição, afirmou enfaticamente: "A Igreja poderia ter feito muito mais" (LORSCHIEDER, 2006).

O silêncio foi, porém, na maior parte das vezes, uma imposição tanto à Igreja como à imprensa. No caso do padre Jentel, expulso do país em 1975, mesmo que a Igreja falasse, sua voz não seria divulgada, porque o assunto sobre o sacerdote estava censurado, inclusive por meio de bilhetinhos. A imprensa nada podia divulgar sobre Jentel. Nos dias de sua expulsão do Brasil, os jornais limitaram-se a publicar as notas de justificativa do Ministério da Justiça e da CNBB, que apenas esclareceu o que o religioso fazia no país e como ele havia sido preso.

No que se refere às ameaças de expulsão do padre Zufferrey e de dom Casaldáliga, a Igreja voltou a assumir postura semelhante à que teve nos casos dos religiosos franceses. Evidentemente, a expulsão de um bispo do Brasil seria algo alarmante. Chamaria a atenção de diversos segmentos da sociedade, por se tratar de um país de maioria católica. Talvez os militares não quisessem criar tamanha confusão. Em nenhum dos outros casos a CNBB teve uma atuação tão presente, tão forte na imprensa, como nesses dois, sobretudo com relação a dom Casaldáliga. Antes mesmo de se concretizar a informação da possível expulsão do bispo, a instituição já fazia denúncias. Nesse momento, o governo assumiu uma

Observam-se, além das notas, outras estratégias de agendamento como: a leitura de uma homilia em todas as igrejas da arquidiocese de Belo Horizonte, em defesa dos religiosos franceses, em 1968; a realização de uma vigília em prol do padre Zufferrey, em 1977, promovida pela arquidiocese de Olinda e Recife; a divulgação de manifestações de solidariedade que a CNBB recebia; a realização de encontros com autoridades, como ocorreu entre o presidente da CNBB, dom Rossi, e o presidente Médici, em dezembro de 1969, alguns dias depois da prisão dos dominicanos.

Essas estratégias, de certa forma, proporcionaram à Igreja um espaço expressivo na imprensa brasileira na época da ditadura, tanto que foram registradas mais de três mil matérias, tendo a Igreja Católica como fonte.

O espaço de mediação jornalística, conforme o contexto, a linha editorial do jornal e a postura assumida pela Igreja, em alguns momentos, a favoreceu, em outros, não. Fica evidente, entretanto, que a imprensa não foi um espaço fechado aos posicionamentos da CNBB, em defesa dos religiosos e dos direitos humanos. Apesar de estar dentro dos limites da liberdade, a imprensa cedeu espaço para a manifestação da instituição religiosa. Talvez o único momento que possa ser considerado uma exceção é o período que vai de 1970 a 1974, quando a linha dura dos militares assumiu o poder. Esse contexto, por si, só mereceria uma análise mais profunda sobre o que foi ou não divulgado.

Afirmar que a imprensa brasileira, durante o regime militar, apenas legitimou ou consentiu com a ditadura é ignorar tanto o esforço e o papel desempenhados por muitos jornalistas, como a situação à qual estavam submetidos - num contexto de censura, qualquer oposição poderia provocar a repressão do regime. É também desprezar o papel do jornalista como mediador e representante do leitor no processo de construção das notícias.

Dizer que a imprensa foi um quarto poder é demagógico demais. Houve muitos interesses em questão, inclusive financeiros, de mercado. Jornais e jornalistas que se opuseram à ditadura tiveram sérios problemas. Ao retirar edições de

atitude de defesa contra as denúncias da Igreja, negando qualquer possibilidade de o bispo ser expulso do país.

O oficial também se fez presente nas notícias analisadas: no primeiro momento, acusando os religiosos e, depois, defendendo-se das denúncias da CNBB. Não foi uma presença constante como a da Igreja, pois as fontes oficiais não eram tão acessíveis. Às vezes, porém, o oficial se fazia presente mesmo quando a imprensa não era atendida, pois havia a autocensura. Por meio deste controle, as fontes oficiais, apesar de não concederem entrevistas, nem terem o costume de publicar notas para esclarecer suas atitudes, agendavam a imprensa através dos bilhetinhos que continham as indicações do que deveria ou não ser publicado, ou seja, do que a imprensa deveria incluir ou excluir da pauta jornalística.

circulação, o regime podia levar o jornal à falência, como ocorreu com o Correio da Manhã. Os jornalistas temiam por seus empregos e pela própria vida.

Houve momentos em que a imprensa consentiu com o governo e momentos em que assumiu postura de denúncia. Esses papéis reforçam a idéia do jornalismo como espaço público de mediação, importante para as diversas forças sociais envolvidas, desde os promotores da notícia até os consumidores, sobretudo quando nele é apresentado o contraditório de forma justa e ética.

Ao iniciar esta pesquisa, na fase da exploração do arquivo, a expectativa era encontrar uma imprensa agressiva com relação aos casos dos religiosos, como evidenciado pelo jornal *O Globo* (06/11/69), que estampou na chamada da matéria a expressão "Padres do Terror". Enquadramentos com a perspectiva da subversão, como este exemplo, porém foram poucos. Ocorreram sim algumas associações às atividades dos sacerdotes, por meio de expressões pejorativas como subversivos, elementos, terroristas. Foram, entretanto, insignificantes no universo das 53 notícias analisadas, pois em apenas oito essas expressões aparecem.

Outra expectativa não correspondida foi crer que as fontes oficiais controlavam a imprensa de forma mais direta. Esperava-se, além das proibições, a presença dessas fontes esclarecendo e justificando os motivos da acusação, prisão e expulsão de religiosos. Alguns casos repercutiram meses na imprensa e, nas poucas vezes em que os militares se manifestaram publicamente, não evidenciam-se com clareza as razões das acusações, sempre questionadas pela Igreja.

Não havia transparência nas ações repressivas do regime militar. Os religiosos eram acusados sem saber a causa; a imprensa noticiava sem conhecer as razões, a Igreja defendia ou silenciava, conforme as informações obtidas. Foi um período muito obscuro da história brasileira. Foi difícil para as vítimas do regime, para aqueles que indiretamente foram acusados com elas e também para a imprensa, que encontrou dificuldades para noticiar os acontecimentos, devido à falta de informação quer das fontes oficiais quer das demais fontes.

É muito delicado julgar algumas falhas nas notícias analisadas, sobretudo por se tratar de um contexto em que o silêncio foi a regra e a voz, a exceção. Por exemplo: os jornais não fazem referência às torturas, o que não significa que elas não tenham ocorrido. Trata-se de uma informação omitida pelas fontes oficiais, à qual nem mesmo a Igreja teve acesso. Não foi possível perceber qual o tratamento que esses religiosos tiveram nas prisões. Em apenas dois casos foi relatado brevemente o estado em que

os sacerdotes se encontravam. Sobre os religiosos franceses, representantes do Exército informaram que, apesar de incomunicáveis, os padres estavam num apartamento confortável. Sobre os religiosos dominicanos, dom Scherer afirmou que eles estavam sendo bem tratados. A notícia refere-se, porém, a apenas três religiosos presos posteriormente ao grupo dos onze, que foram torturados pelos militares. Havia muitos obstáculos para os jornalistas obterem informações deste tipo, especialmente quando elas deveriam ser prestadas pelas fontes oficiais.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela imprensa, das possíveis falhas no processo de construção da notícia, da perspectiva da subversão sob a qual algumas matérias foram apresentadas, trata-se de um momento ímpar da história, que desperta a atenção, que impressiona e do qual é possível sentir orgulho e tristeza simultaneamente. Orgulho pelos que resistiram, que não silenciaram, que arriscaram a própria vida para denunciar. Tristeza por aqueles que sofreram as dores da tortura, da humilhação, pelos que perderam a vida de forma tão brutal. Ao lado destes sentimentos, brota ainda a indignação por ver os direitos humanos elementares - da liberdade de ir e vir, de se expressar, da integridade física e moral - serem violados em nome da lei e da ordem. Por mais que se entenda tratar-se de um contexto muito específico, nada justifica o cerceamento da liberdade, a tortura, a violência. O medo não igualmente justifica que a Igreja, portadora de uma mensagem de justiça e de respeito, tenha se omitido e só tenha agido quando sentiu na própria pele as consequências da ditadura e do seu silêncio.

Como afirmou dom Lorscheider, a Igreja poderia ter ido além do que foi; poderia ter feito mais. As notícias analisadas comprovam que o silêncio da cúpula religiosa e da imprensa permitiu o agravamento da violação aos direitos humanos.

Há que se reconhecer, no entanto, que a atuação da Igreja junto à imprensa foi fundamental para que a repressão não se intensificasse ainda mais. A imprensa foi, sem dúvidas, o meio mais eficaz usado pela instituição católica para defender os religiosos, denunciar os abusos cometidos contra a dignidade humana e criticar a atuação do regime. Nenhum outro meio obteria tanta repercussão nem tanto alcance como os meios de comunicação. A imprensa, espaço público de mediação, foi útil para a CNBB como promotora de notícias e a CNBB foi útil para a imprensa como fonte de informação. Ambas contribuíram assim para as transformações sociais, que culminaram com a redemocratização do país.

Referências

- ANJOS, Maria do Rosário Galeno dos. (2006), Entrevista realizada em maio daquele ano.
- ALVES, Maria Helena Moreira. (1984), A Igreja e a política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979. 268p. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes.
- ATO DE FÉ. (2005), Direção: Alexandre Rampazzo. Produção executiva: Tatiana Polastri. Verbo Filmes. 55 min.
- BARDIN, Lourence. (1970), Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- COMBLIN, Pe. Joseph. (1980), A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1980
- FOLHA DE S. PAULO. Prisão. 16/12/75
- FOLHA DE S. PAULO. Advogado do pe. Romano não tem acesso à acusação. 14/07/1977.
- FOLHA DE S. PAULO. Loscheider denuncia iminente de Dom Pedro Casaldáliga. 30/07/77
- HALL, Stuart et al. (1999), A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'. 2.ed. p.224-248. Lisboa: Vega.
- HACKETT, Robert A. (1999), Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'. p.103-130. 2.ed. Lisboa: Vega.
- HOHLFELDT, A. MARTINO, L.C.; FRANÇA, Vera V. (2001), Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes.
- JORNAL DO BRASIL. D. Agnelo só quer Direitos Humanos. 11/11/1969.
- JORNAL DO BRASIL. Na CNBB. 06/11/69
- JORNAL DO BRASIL. Siseno defende atitude do exército. 11/12/1968.
- JORNAL DO BRASIL. Secretário da CNBB diz que o caso dos padres caminha para o esclarecimento. 11/12/68.
- JORNAL DO BRASIL. CNBB admite equívocos mas adverte que só a Igreja pode julgar pregação. 5/12/68
- JORNAL DO BRASIL. Exército afirma que padres foram presos por subversão. 03/12/68
- JORNAL DO BRASIL. Implicação. 03/12/68
- JORNAL DO BRASIL. Camargo nega expulsão de Casaldáliga. 30/07/77
- O ESTADO DE S. PAULO. Igreja aguarda prova de culpa.. 6/12/69.
- JORNAL DO BRASIL. Dom Agnelo só quer direitos humanos. 11/11/69
- LACERDA, Eliane Muniz. (2007), O jornalismo nos limites da liberdade: um estudo da

cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante o regime militar. Brasília: Mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília.

LORSCHEDER, Dom Aloísio. Entrevista realizada em outubro de 2006.

MARCONI, Paolo. (1980), A censura política na imprensa brasileira. São Paulo: Global.

MCCOMBS, Mawell E.; SHAW, Donald L. (2000), A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no Mercado das idéias. In: TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento. p.125-134. Coimbra: Minerva.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. (1999), As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'. 2.ed. p.34-51. Lisboa: Vega.

MOTTA, Luiz Gonzaga. (2004), Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntricos e sociocêntrico. Pré-Conferência da Association for International Media and Communication Research (AIMCR), Porto Alegre.

O ESTADO DE S. PAULO. Scherer: o DOPS trata padres bem. 03/12/69

O ESTADO DE S. PAULO. D. Aluizio vai ao Recife para ouvir o padre Romain. 20/07/77

O ESTADO DE S. PAULO. D. Agnelo é pelo diálogo. 20/11/69

O GLOBO. D. Agnelo apóia arcebispo. 11/12/68.

O GLOBO. Fleury volta de Pôrto Alegre sem trazer Frei Beto. 14/11/69.

O GLOBO. Os padres demolidores. 6/12/1969

O GLOBO. Ministério nega estudo para expulsão de bispo. 2/08/77.

O GLOBO. Camargo nega expulsão de Casaldáliga. 30/07/1977.

O GLOBO. Ministério nega estudo para expulsão do bispo. 02/08/77.

SERBIN, Kenneth P. (2001), Diálogos na Sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Traduzido por: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras.

SOARES, Ismar de Oliveira. (1988), Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social. São Paulo: Paulinas.

TRAQUINA, Nelson. (1999), Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'. 2.ed. Lisboa: Vega.

WOLF, Mauro. (2003), Teorias das comunicações de massa: leitura e crítica. São Paulo: Martins Fontes.